

Fábio Machado Baldissera

**Releitura das
Prerrogativas Administrativas
na Contratação Pública**



MUNDO JURÍDICO
EDITORA

© by Fábio Machado Baldissera
© by Editora e Distribuidora de Livros Mundo Jurídico

Diagramação:
Silas Renato da Cruz

Revisão:
Fábio Machado Baldissera

Capa:
Silas Renato da Cruz

1129037

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

BALDISSERA. Fábio Machado

Releitura das prerrogativas administrativas na contratação pública / Fábio Machado Baldissera - Leme/SP: Editora e Distribuidora de Livros Mundo Jurídico, 2017.

ISBN: 978-85-8085-091-8

1. Direito administrativo - Brasil I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito administrativo

Proibida a reprodução total ou parcial sem permissão expressa do Editor (Lei nº 9.610/98).

Direitos desta edição reservados à:

Editora e Distribuidora de Livros Mundo Jurídico Ltda.

Rua Álvaro Pacheco Silveira, 125 - Vl. Santucci

Telefax: (19) 3571-8027

Cep: 13614-170 - Leme-SP

<http://www.editoramundojuridico.com.br>

e-mail: atendimento@editoramundojuridico.com.br

SUMÁRIO

DOCTRINA

INTRODUÇÃO	45
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

APROXIMAÇÃO DAS PRERROGATIVAS ADMINISTRATIVAS	51
--	-----------

1. Contexto do surgimento das prerrogativas administrativas, as chamadas “cláusulas exorbitantes” e a adequada visão do Direito Administrativo	51
2. Origem das chamadas “cláusulas exorbitantes” oriundas do Conselho de Estado	64
3. Do desenvolvimento do Direito Administrativo no Brasil e as cláusulas exorbitantes	70
4. Conceito das prerrogativas administrativas (ou “cláusulas exorbitantes”)	79
5. Justificativa das prerrogativas administrativas (ou “cláusulas exorbitantes”)	88

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E AS PRERROGATIVAS ADMINISTRATIVAS	97
---	-----------

1. Da principal normativa que regula a contratação pública	97
2. Administração Pública Direta e Indireta e o regime jurídico dos contratos administrativos	97
2.1. Regime jurídico de contratação administrativa aplicável à Administração Pública Direta e Indireta	104

3. Particularidades dos contratos administrativos.....	109
4. Conceito e caracterização dos contratos administrativos	116
5. Contratos celebrados pela Administração Pública	123
6. O contrato administrativo pela doutrina francesa e o critério das cláusulas exorbitantes	134

CAPÍTULO III

DAS PRERROGATIVAS ADMINISTRATIVAS NA LEGISLAÇÃO

1. Sistema das prerrogativas administrativas.....	151
2. As principais espécies de prerrogativas administrativas no ordenamento jurídico	154
2.1. Modificação unilateral do contrato celebrado pela Administração Pública.....	155
2.2. Rescisão unilateral do contrato celebrado pela Administração Pública.....	160
2.3. Fiscalização da execução na contratação administrativa..	162
2.4. Aplicação de sanções motivadas pela inexecução total e parcial	163
2.5. As garantias referentes à execução na contratação administrativa	165
2.6. Hipótese de ocupação provisória.....	168
3. As prerrogativas administrativas e a imprecisão legal.....	169

CAPÍTULO IV

O CONTEXTO QUE FUNDAMENTA UMA RELEITURA DAS PRERROGATIVAS ADMINISTRATIVAS

1. O Direito Administrativo pós-moderno e as repercussões no âmbito das prerrogativas administrativas	175
1.1. As repercussões no âmbito das prerrogativas administrativas trazidas pelo Direito Administrativo pós-moderno	188
2. Princípios que dão sustentação ao Direito Administrativo positivados pela Constituição Federal	194
3. A noção dos princípios de Direito Administrativo em face das prerrogativas administrativas.....	219
3.1. A superação da noção clássica do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular e o seu impacto na utilização das prerrogativas na contratação pública	221
3.2. O princípio da eficiência e o seu contraste com a utilização de prerrogativas administrativas na contratação pública	226

3.3. A influência dos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da confiança legítima como papel integrador na contratação pública	231
4. A constatação de que os princípios jurídicos não corroboram com a visão atual do Direito Administrativo	237

CAPÍTULO V

PROPOSIÇÕES QUE RESULTAM NUMA RELEITURA DAS PRERROGATIVAS ADMINISTRATIVAS

1. Introdução à problemática contida na norma aplicável à contratação pública	239
2. A normativa geral que regula os contratos celebrados pela Administração Pública e a exposição das suas problemáticas..	244
3. O regime jurídico dos “contratos instáveis” e a permissão para a aplicação das prerrogativas administrativas	256
4. Proposições de correções das distorções criadas pelos “contratos instáveis” em face das prerrogativas administrativas	266
5. Uma releitura das prerrogativas administrativas ou das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos	272
6. Proposições para adequações quanto às prerrogativas administrativas nos contratos administrativos	275
7. Réquiem das prerrogativas administrativas	279

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS